



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

3º TRIMESTRE DE 2021

Pró-Reitoria de Administração

Diretoria de Administração e Finanças

Coordenação de Contabilidade e Custos



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
TOCANTINS**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Equipe

Antônio da Luz Júnior
Reitor

Octaviano Sidnei Furtado
Pró-Reitor de Administração

Vladimir Lisboa de Carvalho
Diretor de Administração e Finanças

Raydine da Silva Costa
Coordenadora de Contabilidade e Custos

Equipe de elaboração

Joel Ferreira Lopes
Técnico em Contabilidade

Vladimir Lisboa de Carvalho
Contador

Contabilistas responsáveis pela contabilidade das unidades

Raydine da Silva Costa
Reitoria
Campus Colinas do Tocantins

Maria Pedrinha Ângelo de Sousa Oliveira
Campus Araguatins

Valdenês Pacheco Barbosa
Campus Araguatins

Valdinez Pereira Feitoza
Campus Dianópolis

Ludimilla da Silva Coelho Muniz
Campus Gurupi

Sirlene Dias Putêncio
Campus Palmas

Anicesio Tavares dos Santos
Campus Paraíso do Tocantins

Genival Francisco de Carvalho
Campus Porto Nacional



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

SUMÁRIO

1. ESTRUTURA DO IFTO.....	4
2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E PRÁTICAS CONTÁBEIS..	6
2.1 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis.....	6
3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	9
3.1 Balanço Patrimonial.....	9
3.2 Demonstrações das Variações Patrimoniais.....	12
3.3 Balanço Orçamentário.....	14
3.4 Balanço Financeiro.....	16
3.5 Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	17
4. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL – BP.....	19
4.1 Caixa e Equivalente de Caixa.....	19
4.2 Imobilizado.....	19
4.2.1 Bens Móveis.....	20
4.2.2 Bens Imóveis.....	22
4.3 Intangível.....	23
4.4 Obrigações Contratuais.....	24
4.5 Fornecedores e Contas a Pagar.....	25
4.6 Patrimônio Líquido.....	26
5. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP.....	27
5.1 Resultado Patrimonial.....	27
5.2 Variações Patrimoniais Aumentativas.....	27
5.3 Variações Patrimoniais Diminutivas.....	28
6. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	31
6.1 Receitas.....	31
6.2 Despesas.....	32
6.3 Execução Orçamentária do Restos a Pagar.....	33
7. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO.....	36
7.1 Ingressos Financeiros.....	36



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

7.2 Dispendios.....	37
7.3 Resultado Financeiro.....	37
8. NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	38
9 NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DESPESAS RELACIONADAS AO ENFRENTAMENTO À CALAMIDADE PÚBLICA DECORRENTE DA COVID-19.....	40
10. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	42

1. ESTRUTURA DO IFTO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, instituição criada nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, possui natureza jurídica de Autarquia Federal, sendo vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC).

É composto por uma unidade da administração central, a Reitoria, que está situada em Palmas, capital do Estado do Tocantins, e por 8 (oito) *campi*, e 3 (três) *campus* avançados.

Unidade	CNPJ
Reitoria	10.742.006/0001-98
Campus Palmas	10.742.006/0003-50
Campus Araguatins	10.742.006/0002-78
Campus Paraíso do Tocantins	10.742.006/0004-30
Campus Araguaína	10.742.006/0006-00
Campus Gurupi	10.742.006/0005-11
Campus Porto Nacional	10.742.006/0007-83
Campus Dianópolis	10.742.006/0008-64
Campus Colinas do Tocantins	10.742.006/0009-45
Campus Avançado de Pedro Afonso*	
Campus Avançado de Lagoa da Confusão*	
Campus Avançado de Formoso do Araguaia*	

* Os campus avançados estão não possuem CNPJ, os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial são realizados e controlados no CNPJ da matriz.

O IFTO é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, subsequentes (pós-médio), Proeja, graduação, pós-graduação lato sensu e stricto sensu e cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD).

Sua missão é proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no Estado do Tocantins por meio da formação pessoal e qualificação profissional.

Conformidade legal das atividades da entidade: Lei nº 11.892/2008, lei de criação, Lei nº 8.112/1990 para a contratação dos seus servidores, Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 10.520/2002 (pregão eletrônico) para contratação dos seus fornecedores, Lei nº 4.320/1964 para suas finanças, Lei 14.144/2021 – Lei Orçamentária anual do ano de 2021, para o orçamento e legislações específicas da área de atuação da entidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e demais normativos vigentes.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração (SIAFI), as demonstrações consolidam as contas da Reitoria e dos *campi*: Palmas, Araguatins, Paraíso do Tocantins, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Dianópolis e Colinas do Tocantins, ou seja, consolidadas no nível de órgão.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as demonstrações contábeis são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

2.1 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados, tendo por base as premissas das NBCT SP e do MCASP.

- (a) Moeda funcional: A moeda funcional utilizada para o reconhecimento, mensuração e a evidenciação das Demonstrações Contábeis é o Real.
- (b) Caixa e equivalentes de caixa: incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- (c) Créditos a curto prazo: Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (I) créditos tributários; (II) créditos não tributários; (III) dívida ativa; (IV) transferências concedidas; (V) empréstimos e financiamentos concedidos; (VI) adiantamentos;

(VII) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(d) Estoques: Compreendem os materiais em almoxarifado para suprimento das atividades da entidade e para a prestação de serviços, e caso tiver mercadorias para venda, os produtos acabados e os em elaboração e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses materiais são avaliados pelo valor de custo, ou seja, de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o art. 85 da lei 4.320/64. Há, também, a possibilidade de redução dos valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor recuperável, quando o valor reconhecido estiver superior ao valor justo (valor de mercado).

(e) Ativo Realizável à Longo Prazo: Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de custo e nas saídas pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

(f) Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(g) Intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada

(quando tiverem vida útil definida), e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

(h) Depreciação, amortização ou exaustão de Bens Móveis, Bens Imóveis e Bens Intangíveis: A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos quanto os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis e imóveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis imóveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data do bem estiver em condições de uso. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(i) Reavaliação e a Redução ao Valor Recuperável: a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade;

(j) Passivos circulantes e não circulantes: As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) provisões; e (vi) demais obrigações.

(k) Benefícios a Empregados: Benefícios a empregados referentes a encargos de férias e décimo terceiro salário são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego relacionados com aposentadoria e pensões são também reconhecidos pelo regime de competência.

(l) Ajustes de Exercícios Anteriores: A conta de Ajustes de Exercícios Anteriores tem a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Tais ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados no Balanço Patrimonial e recebem registros aumentativos e diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão sem transitar pelas contas de resultado, uma vez que se referem a exercícios encerrados.

3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 Balanço Patrimonial

Valores em R\$

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	18.811.608,38	23.040.743,05	PASSIVO CIRCULANTE	71.244.494,41	65.296.170,78
Caixa e Equivalentes de Caixa	15.568.604,78	20.457.130,49	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	14.592.964,75	14.927.019,90
Créditos a Curto Prazo	688.446,10	744.546,69	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	688.446,10	744.546,69	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.867.648,50	1.221.905,87
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	725,99
Estoques	2.554.557,50	1.839.065,87	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	54.783.881,16	49.146.519,02
ATIVO NÃO CIRCULANTE	222.804.205,11	219.752.378,50	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	71.244.494,41	65.296.170,78
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	222.749.970,01	219.698.143,40	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Bens Móveis	65.652.950,51	62.525.605,15	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Bens Móveis	87.653.733,68	84.126.209,85	Reservas de Capital	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-22.000.783,17	-21.600.604,70	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Reservas de Lucros	-	-
			Demais Reservas	-	-
			Resultados Acumulados	170.371.319,08	177.496.950,77
			Resultado do Exercício	-7.161.832,21	-5.264.263,49
			Resultados de Exercícios Anteriores	177.496.950,77	182.957.297,46

Bens Imóveis	157.097.019,50	157.172.538,25			
			Ajustes de Exercícios Anteriores	36.200,52	-196.083,20
Bens Imóveis	163.188.140,91	163.074.594,23			
			(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-6.091.121,41	-5.902.055,98			
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	170.371.319,08	177.496.950,77
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	54.235,10	54.235,10			
Softwares	54.235,10	54.235,10			
Softwares	54.235,10	54.235,10			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	241.615.813,49	242.793.121,55	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	241.615.813,49	242.793.121,55

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	15.594.202,18	20.482.727,89	PASSIVO FINANCEIRO	66.602.208,25	43.282.974,87
ATIVO PERMANENTE	226.021.611,31	222.310.393,66	PASSIVO PERMANENTE	57.389.022,73	47.179.522,11
			SALDO PATRIMONIAL	117.624.582,51	152.330.624,57

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	29.448.123,57	28.042.264,63	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	19.133.529,16	17.159.997,80
Atos Potenciais Ativos	29.448.123,57	28.042.264,63	Atos Potenciais Passivos	19.133.529,16	17.159.997,80
Garantias e Contragarantias Recebidas	848.522,35	-	- Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	28.548.801,59	27.991.465,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	13.940,00	3.940,00
Direitos Contratuais	50.799,63	50.799,63	Obrigações Contratuais	19.119.589,16	17.156.057,80
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	- Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	29.448.123,57	28.042.264,63	TOTAL	19.133.529,16	17.159.997,80

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-50.026.635,45
Recursos Vinculados	-981.370,62
Educação	-1.198.972,81
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-744.171,46
Previdência Social (RPPS)	-112.186,04
Dívida Pública	-2.155.010,17
Alienação de Bens e Direitos	763.638,87
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.465.330,99
TOTAL	-51.008.006,07

3.2 Demonstrações das Variações Patrimoniais

Valores em R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	207.882.514,20	200.648.320,95
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	174.554,51	98.248,23
Venda de Mercadorias	63.688,94	59.105,69
Vendas de Produtos	2.216,57	3.879,67
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	108.649,00	35.262,87
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	661,41	487,01
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	661,41	487,01
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	206.775.913,47	200.150.928,35
Transferências Intragovernamentais	205.770.835,16	197.827.894,41
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.005.078,31	2.323.033,94
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	899.528,22	353.172,23
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	24.106,27	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	685.301,66	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	190.120,29	353.172,23
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	31.856,59	45.485,13
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	31.856,59	45.485,13
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	215.044.346,41	208.997.305,85
Pessoal e Encargos	153.405.956,97	145.667.710,36
Remuneração a Pessoal	122.616.025,33	116.519.159,10
Encargos Patronais	24.216.917,56	22.206.597,21
Benefícios a Pessoal	6.473.229,83	6.675.764,29
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	99.784,25	266.189,76
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	5.579.109,62	5.246.345,46
Aposentadorias e Reformas	2.905.969,82	2.735.677,02
Pensões	584.106,99	459.546,86
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.089.032,81	2.051.121,58
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	23.552.133,96	21.325.648,23
Uso de Material de Consumo	2.336.093,24	1.414.000,04
Serviços	20.626.796,82	17.007.551,09
Depreciação, Amortização e Exaustão	589.243,90	2.904.097,10

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	905,30	28,62
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	905,30	28,62
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	21.511.085,37	22.927.834,36
Transferências Intragovernamentais	20.560.432,20	20.559.312,37
Transferências Intergovernamentais	11.700,80	49.592,00
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	938.952,37	2.318.929,99
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	4.845.093,78	9.755.385,53
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	4.833.049,59	9.743.576,53
Desincorporação de Ativos	12.044,19	11.809,00
Tributárias	21.754,09	8.938,77
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.900,33	3.043,49
Contribuições	17.853,76	5.895,28
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	6.128.307,32	4.065.414,52
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	6.057.308,86	4.024.024,03
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	70.998,46	41.390,49
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-7.161.832,21	-8.348.984,90

3.3 Balanço Orçamentário

Valores em R\$

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	134.877,00	134.877,00	175.211,76	40.334,76
Receitas Tributárias				
Impostos				
Taxas				
Contribuições de Melhoria				
Receitas de Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico				
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.				
Receita Patrimonial	17.708,00	17.708,00	13.738,25	-3.969,75
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	17.708,00	17.708,00	13.082,00	-4.626,00
Valores Mobiliários			656,25	656,25
Delegação de Serviços Públicos				
Exploração de Recursos Naturais				
Exploração do Patrimônio Intangível				
Cessão de Direitos				
Demais Receitas Patrimoniais				
Receita Agropecuária	100.482,00	100.482,00	63.688,94	-36.793,06
Receita Industrial	6.205,00	6.205,00	2.216,57	-3.988,43
Receitas de Serviços	10.482,00	10.482,00	95.567,00	85.085,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	10.482,00	10.482,00	95.567,00	85.085,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte				
Serviços e Atividades Referentes à Saúde				
Serviços e Atividades Financeiras				
Outros Serviços				
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes			1,00	1,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais			1,00	1,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos				
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL	134.805.955,00	134.805.955,00	677.970,61	-134.127.984,39
Operações de Crédito	134.805.955,00	134.805.955,00		-134.805.955,00
Operações de Crédito Internas	134.805.955,00	134.805.955,00		-134.805.955,00
Operações de Crédito Externas				
Alienação de Bens			677.970,61	677.970,61
Alienação de Bens Móveis			677.970,61	677.970,61
Alienação de Bens Imóveis				
Alienação de Bens Intangíveis				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				
Integralização do Capital Social				
Resultado do Banco Central do Brasil				
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional				
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional				
Demais Receitas de Capital				
SUBTOTAL DE RECEITAS	134.940.832,00	134.940.832,00	853.182,37	-134.087.649,63
REFINANCIAMENTO				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				

SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	134.940.832,00	134.940.832,00	853.182,37	-134.087.649,63
DEFICIT			213.731.461,53	213.731.461,53
TOTAL	134.940.832,00	134.940.832,00	214.584.643,90	79.643.811,90
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO				
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECADAÇÃO				

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	254.504.423,00	255.537.171,00	213.467.760,06	167.789.755,26	155.050.292,21	42.069.410,94
Pessoal e Encargos Sociais	207.706.686,00	208.735.981,00	177.704.785,00	144.562.654,94	134.742.865,40	31.031.196,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	46.797.737,00	46.801.190,00	35.762.975,06	23.227.100,32	20.307.426,81	11.038.214,94
DESPESAS DE CAPITAL	1.080.506,00	1.080.506,00	1.116.883,84	166.930,81	85.441,40	-36.377,84
Investimentos	1.080.506,00	1.080.506,00	1.116.883,84	166.930,81	85.441,40	-36.377,84
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
SUBTOTAL DAS DESPESAS	255.584.929,00	256.617.677,00	214.584.643,90	167.956.686,07	155.135.733,61	42.033.033,10
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO						
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	255.584.929,00	256.617.677,00	214.584.643,90	167.956.686,07	155.135.733,61	42.033.033,10
TOTAL	255.584.929,00	256.617.677,00	214.584.643,90	167.956.686,07	155.135.733,61	42.033.033,10

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.815.637,23	16.861.456,03	15.385.185,04	14.636.317,07	216.164,24	5.824.611,95
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.815.637,23	16.861.456,03	15.385.185,04	14.636.317,07	216.164,24	5.824.611,95
DESPESAS DE CAPITAL	1.448.194,32	3.041.038,62	3.405.533,26	3.375.095,52	36.864,92	1.077.272,50
Investimentos	1.448.194,32	3.041.038,62	3.405.533,26	3.375.095,52	36.864,92	1.077.272,50
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5.263.831,55	19.902.494,65	18.790.718,30	18.011.412,59	253.029,16	6.901.884,45

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	138.674,10	17.719.981,45	17.703.548,46	28.414,73	126.692,36
Pessoal e Encargos Sociais	0,20	15.181.981,10	15.181.981,10	0,20	0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	138.673,90	2.538.000,35	2.521.567,36	28.414,53	126.692,36
DESPESAS DE CAPITAL	45.766,19	212.226,93	212.226,93	-	45.766,19
Investimentos	45.766,19	212.226,93	212.226,93	-	45.766,19
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	184.440,29	17.932.208,38	17.915.775,39	28.414,73	172.458,55

3.4 Balanço Financeiro

Valores em R\$

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	853.182,37	125.007,99	Despesas Orçamentárias	214.584.643,90	231.626.864,90
Ordinárias	-	-	Ordinárias	208.229.727,00	213.739.050,57
Vinculadas	853.728,73	125.222,47	Vinculadas	6.354.916,90	17.887.814,33
Educação	-	26.243,07	Educação	899.692,90	1.771.132,72
Previdência Social (RPPS)	-	-	-Seguridade Social (Exceto Previdência)	4.292.810,00	1.942.264,00
Alienação de Bens e Direitos	677.970,61	-	Previdência Social (RPPS)	850.454,00	2.172.700,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	175.758,12	98.979,40	Dívida Pública	-	12.001.717,61
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-546,36	-214,48	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	311.960,00	-
Transferências Financeiras Recebidas	205.770.835,16	197.827.894,41	Transferências Financeiras Concedidas	20.560.432,20	20.559.312,37
Resultantes da Execução Orçamentária	176.586.901,27	173.633.586,45	Resultantes da Execução Orçamentária	10.103.643,61	11.485.079,98
Repasse Recebido	166.514.694,98	162.148.506,47	Repasse Concedido	31.437,32	-
Sub-repasse Recebido	10.072.206,29	11.485.079,98	Sub-repasse Concedido	10.072.206,29	11.485.079,98
Independentes da Execução Orçamentária	29.183.933,89	24.194.307,96	Independentes da Execução Orçamentária	10.456.788,59	9.074.232,39
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	28.092.216,85	23.750.021,38	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	10.424.933,00	9.028.761,26
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.091.717,04	444.286,58	Movimento de Saldos Patrimoniais	31.855,59	45.471,13
Aporte ao RPPS	-	-	-Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	60.267.571,57	79.815.648,04	Pagamentos Extraorçamentários	36.635.038,71	33.212.563,51
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	12.820.952,46	12.671.615,56	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	17.915.775,39	18.487.045,61
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	46.627.957,83	66.608.021,42	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	18.011.412,59	14.273.926,82
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	710.356,66	452.738,90	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	707.850,73	451.314,90
Outros Recebimentos Extraorçamentários	108.304,62	83.272,16	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	276,18
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	76.449,03	52.552,10	Demais Pagamentos	-	276,18
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	11.492,00	-	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	31.855,59	19.228,06	-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	20.457.130,49	21.683.172,14	Saldo para o Exercício Seguinte	15.568.604,78	14.052.981,80
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.457.130,49	21.683.172,14	Caixa e Equivalentes de Caixa	15.568.604,78	14.052.981,80
TOTAL	287.348.719,59	299.451.722,58	TOTAL	287.348.719,59	299.451.722,58

3.5 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Valores em R\$

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-1.893.732,47	377.188,45
INGRESSOS	206.688.259,17	198.436.361,36
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	13.082,00	7.986,84
Receita Agropecuária	63.688,94	59.105,69
Receita Industrial	2.216,57	3.879,67
Receita de Serviços	95.567,00	27.276,03
Remuneração das Disponibilidades	656,25	502,69
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1,00	26.257,07
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	206.513.047,41	198.311.353,37
Ingressos Extraorçamentários	710.356,66	452.738,90
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	11.492,00
Transferências Financeiras Recebidas	205.770.835,16	197.827.894,41
Arrecadação de Outra Unidade	31.855,59	19.228,06
DESEMBOLSOS	-208.581.991,64	-198.059.172,91
Pessoal e Demais Despesas	-163.557.399,33	-155.171.948,78
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-5.600,00	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-2.400,00	-80.223,98
Previdência Social	-3.395.936,27	-2.929.310,52
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-159.083.189,54	-151.388.602,91
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-1.060.000,00	-826.363,47
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-86.722,55	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	76.449,03	52.552,10
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-23.756.309,38	-21.876.320,68
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-23.744.608,58	-21.826.728,68
Outras Transferências Concedidas	-11.700,80	-49.592,00
Outros Desembolsos Operacionais	-21.268.282,93	-21.010.903,45
Dispêndios Extraorçamentários	-707.850,73	-451.314,90
Transferências Financeiras Concedidas	-20.560.432,20	-20.559.312,37

Demais Pagamentos		-276,18
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-2.994.793,24	-8.007.378,79
INGRESSOS	677.970,61	-
Alienação de Bens	677.970,61	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-3.672.763,85	-8.007.378,79
Aquisição de Ativo Não Circulante	-3.597.763,85	-7.856.289,52
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-75.000,00	-151.089,27
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-4.888.525,71	-7.630.190,34
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	20.457.130,49	21.683.172,14
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	15.568.604,78	14.052.981,80

4. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL – BP

O Balanço Patrimonial, previsto no art. 105 da Lei 4.320/64, evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas que representam o patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle), como as contas de obrigações contratuais (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição, 2019).

Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante. As contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade. As contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

4.1 Caixa e Equivalente de Caixa

Os valores disponíveis para o IFTO são relativos a recursos na Conta Única da União para fazer frente a sua execução orçamentária e financeira.

Tabela 1 - Caixa e Equivalente de Caixa

	30/09/2021	31/12/2020	AH (%)
Caixa e Equivalente de Caixa	15.568.604,78	20.457.130,49	-23,90
Total	15.568.604,78	20.457.130,49	-23,90

Fonte: SIAFI 2021

A tabela acima demonstra uma redução de 23,90% nos recursos financeiros entre o quarto trimestre de 2020 e o terceiro trimestre de 2021. A redução é consequência da programação financeira compreendida no período.

4.2 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios

econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o terceiro trimestre de 2021 e do quarto trimestre de 2020.

Tabela 2 – Imobilizado – Composição.

	30/09/2021	31/12/2020	AH (%)
Bens Móveis			
Valor Bruto Contábil	87.653.733,68	84.126.209,85	4,19
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-22.000.783,17	-21.600.604,70	1,85
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-
(=) Valor Líquido	65.652.950,51	62.525.605,15	5,00
Bens Imóveis			
Valor Bruto Contábil	163.188.140,91	163.074.594,23	0,07
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. Bens Imóveis	-6.091.121,41	-5.902.055,98	3,20
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
(=) Valor Líquido	157.097.019,50	157.172.538,25	-0,05
Total do Imobilizado	222.749.970,01	219.698.143,40	1,39

Fonte: SIAFI, 2021

Os bens Móveis (valor líquido descontado a depreciação) tiveram um crescimento no seu total em relação ao quarto trimestre de 2020 de 5,00% em consequência de novas entradas (aquisições) de bens permanentes. Da parte dos Bens Imóveis (valor líquido descontado a depreciação), houve uma redução de 0,05%, permanecendo praticamente estável. No total, o imobilizado teve um acréscimo de 1,39% na comparação com o ano de 2020.

Em relação a Depreciação Acumulada de Bens Móveis que no terceiro trimestre de 2021 apresenta o valor de R\$ 22.000.783,17 o que corresponde a 25,10% do Valor Bruto Contábil (87.653.733,68), cabe informar que nem todas as unidades do IFTO efetua a depreciação devido a acertos e ajustes que precisam ser realizados nas contas dos bens patrimoniais.

A Depreciação Acumulada dos Bens Imóveis é baseada em informações do sistema SPIUNET.

4.2.1 Bens Móveis

Os Bens Móveis do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins em 30/09/2021 totalizavam R\$ 65.652.950,51 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 3 - Bens Móveis – Composição

	30/09/2021	31/12/2020	AH(%)	AV(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	28.875.882,33	26.674.117,14	8,25	43,98
Bens de Informática	16.812.388,81	16.490.667,48	1,95	25,61
Móveis e Utensílios	20.325.346,08	19.594.240,79	3,73	30,96
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	6.497.911,40	6.273.275,86	3,58	9,90
Veículos	11.131.542,41	10.538.099,61	5,63	16,96
Bens Móveis em Almoxarifado	483.658,12	479.089,52	0,95	0,74
Armamentos	0,01	0,01	0	0,00
Semoventes e Equipamentos de Montaria	742.213,54	742.213,54	0	1,13
Demais Bens Móveis	2.784.790,98	3.334.509,90	-16,49	4,24
Depreciação / Amortização Acumulada	(22.000.783,17)	(21.600.604,70)	1,85	-33,51
Total	65.652.950,51	62.525.605,15	5,00	100

Fonte: SIAFI, 2021

Dos Bens Móveis registrados no Órgão, 43,98% refere-se a conta “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, o qual é composto conforme a tabela 4.

Tabela 4 – Composição Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas

	30/09/2021	AV (%)
Aparelhos de Medição e Orientação	11.653.352,06	40,36
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	236.823,03	0,82
Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos	4.801.247,82	16,63
Aparelho e Equipamento para Esportes	621.734,59	2,15
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	308.432,92	1,07
Máquinas e Equipamentos Industriais	3.424.940,53	11,86
Máquinas e Equipamentos Energéticos	1.690.918,19	5,86
Máquinas e Equipamentos Gráficos	74.609,79	0,26
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	508.979,16	1,76
Equipamentos de Montaria	1.280,00	0,00
Máquinas e Utensílios Agropecuário	1.585.501,99	5,49
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	264.686,14	0,92
Máquinas e Equipamentos - Construção	80.538,35	0,28
Equipamentos Elétricos-Eletônicos	449.847,72	1,56
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	3.160.072,08	10,94
Outras Máquinas, Ferramentas e Equipamentos	12.918,46	0,04
Total	28.813.558,26	100,00

Fonte: SIAFI, 2021

Dá análise da tabela 4 verifica-se a alta representatividade da conta contábil Aparelhos de Medição e Orientação, representando 40,36% do total. A concentração de bens móveis permanentes nessa conta se deve ao fato do IFTO possuir infraestrutura laboratorial na área das Ciências Exatas, cujos itens (objetos) possuem maior valor econômico em virtude de suas características técnicas e tecnológicas. Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos também é outra conta que apresenta relevância para este grupo (16,63%), cujos bens estão alocados em laboratórios na área de saúde e em consultórios para atendimento da comunidade acadêmica.

4.2.2 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins em 30/09/2021 totalizaram R\$ 157.097.019,50 e estão distribuídos nas contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 5 – Bens Imóveis - Composição

	30/09/2021	31/12/2020	AH(%)	AV (%)
Bens de Uso Especial	131.301.904,76	131.301.904,76	0,00	83,58
Bens de Uso Comum do Povo	-	-		
Bens Dominicais	-	-		
Bens Imóveis em Andamento	30.974.996,23	30.861.449,55	0,37	19,72
Instalações	911.239,92	911.239,92	0,00	0,58
Demais Bens Imóveis	-	-		
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	-	-		
Redução ao Valor Recuperável	-	-		
Depreciação / Amortização Acumulada	(6.091.121,41)	(5.902.055,98)	3,20	-3,88
Total	157.097.019,50	157.172.538,25	-0,05	100%

Fonte: SIAFI, 2021

De acordo com a tabela anterior, os Bens de Uso Especial correspondem a 83,58% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão, perfazendo o montante de R\$ 131.301.904,76 em 30/09/2021 a valores brutos. Os Bens de Uso Especial correspondem as unidades do IFTO, e são utilizados na prestação de serviços à sociedade. 19,72% (R\$ 30.974.966,23) são obras em andamento.

Tabela 6 - Bens de Uso Especial - Composição

	30/09/2021	31/12/2020	AH(%)	AV(%)
Imóveis de Uso Educacional	122.492.565,28	122.492.565,28	0,00	93,29
Autarquias/Fundações	8.809.339,48	8.809.339,48	0,00	6,71
Total	131.301.904,76	116.982.865,24	0,00	100

Fonte: SIAFI, 2021

O saldo da conta Imóveis de Uso Educacional é composto pelos valores dos imóveis dos *campi* do IFTO e representam 93,29% dos Bens de Uso Especial. O valor de R\$ 8.809.339,48 (6,71%) é o valor do Imóvel da Reitoria do IFTO, unidade que representa a administração central do órgão.

A tabela 7 apresenta o saldo da Bens Imóveis em Andamento, em 30/09/2021, por unidade do IFTO.

Tabela 7 – Bens Imóveis em Andamento por unidade do IFTO

	30/09/2021	AV (%)
Reitoria	14.709.564,21	47,49
Campus Palmas	1.220.340,06	3,94
Campus Araguatins	0,00	0
Campus Paraíso do Tocantins	0,00	0
Campus Araguaína	0,00	0
Campus Gurupi	0,00	0
Campus Porto Nacional	0,00	0
Campus Dianópolis	9.504.757,72	30,69
Campus Colinas do Tocantins	5.540.334,24	17,89
Total	30.974.966,23	100,00

Fonte: SIAFI, 2021

O valor mais elevado da conta Bens Imóveis em Andamento na unidade Reitoria, se justifica pelo fato de que, na fase de expansão, esta foi a responsável pela execução das obras de construção, reforma, recuperação e ampliação dos Campus de Dianópolis, Colinas do Tocantins e dos Campi Avançados Lagoa da Confusão e Pedro Afonso.

Os saldos de obras em andamento serão baixados quando não houver pendências e tão logo sejam disponibilizados os Termos de Entrega Definitiva de Obras finalizadas e demais documentos.

4.3 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os ativos intangíveis podem ser classificados com vida útil definida e com vida útil indefinida. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível.

Tabela 8 - Intangível – Composição

INTANGÍVEIS	30/09/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%) 30/06/2021
Software com Vida Útil Indefinida	54.235,10	54.235,10	0,00	100
Software com Vida Útil Definida	0,00	0,00	0,00	
Amortização Acumulada	-	-	-	-
Total	54.235,10	54.235,10	0,00	100,00

Fonte: SIAFI, 2021

4.4 Obrigações Contratuais

Em 30/09/2021, o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins (Órgão 26424) apresentou um saldo de R\$ 19.119.589,16

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 9 - Obrigações Contratuais – Composição

	30/09/2021	31/12/2020	AH (%)	AV(%)
Aluguéis	12.693,13	12.693,13	0	0,07
Fornecimento de Bens	238.987,51	238.987,51	0	1,25
Seguros	63.553,64			0,33
Serviços	18.804.354,88	16.904.377,16	11,24	98,35
Total	19.119.589,16	17.156.057,80	11,46	100

Fonte: SIAFI 2021

As obrigações contratuais relacionadas com Serviços representam a maioria (ou cerca de 98,35%) do total das obrigações assumidas pelo IFTO ao final de 30/09/2021.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos na data base de 30/09/2021.

Tabela 10 - Obrigações Contratuais – Por Unidade Contratante

	30/09/2021	AV (%)
Reitoria	6.281.026,98	32,85
Campus Palmas	1.504.512,67	7,87
Campus Araguatins	5.818.500,69	30,43
Campus Paraíso do Tocantins	2.058.272,16	10,77
Campus Araguaína	854.476,96	4,47
Campus Gurupi	565.675,92	2,96
Campus Porto Nacional	385.630,24	2,02
Campus Dianópolis	808.048,61	4,23
Campus Colinas do Tocantins	843.444,93	4,41
Total	19.119.589,16	100,00

Fonte: SIAFI, 2021.

O Campus Araguatins e a Reitoria são responsáveis por 63,28% do total contratado.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 05 (cinco) contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 30/09/2021.

Tabela 11 - Obrigações Contratuais – Por Contratado

	30/09/2021	AV (%)
A - Intacta Engenharia e Representações LTDA - EPP	2.606.283,03	13,63
B - Fenix Assessoria & Gestão Empresarial LTDA	1.433.313,88	7,50

C - AGT Construção e Trnsporte LTDA	1.147.348,40	6,00
D – PHD Construção e Engenharia EIRELI	1.113.006,06	5,82
E - Energisa Tocantins Distribuidora de Energia Ltda	1.048.290,31	5,48
Demais	11.771.347,48	61,57
Total	19.119.589,16	100,00

Fonte: SIAFI 2021

A soma dos Contratados A, B, C, D e E representa 38,43% do total. Estes contratados são referentes obras (A, C e D), serviços com terceirização de mão de obra (B), e fornecimento de energia elétrica (E).

4.5 Fornecedores e Contas a Pagar

Em 30/09/2021, o IFTO apresentou um saldo em aberto de R\$ 1.867.648,50 relacionados com fornecedores e contas pagar, sendo a totalidade de obrigações a curto prazo e referente a fornecedores nacionais.

Tabela 12 - Fornecedores e Contas a Pagar – Composição

	30/09/2021	31/12/2020	AH (%)
Curto Prazo	1.867.648,50	1.221.905,87	52,85
Nacionais	1.867.648,50	1.221.905,87	52,85
Total	1.867.648,50	1.221.905,87	52,85

Fonte: SIAFI 2021

A comparação entre os períodos apresenta uma variação de 52,85%, e está relacionada a dois fatores: montante das liquidações realizadas x repasses de recursos financeiros recebidos para o pagamento das obrigações. Portanto, as liquidações realizadas foram bem superiores aos recursos financeiros recebidos.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar.

Tabela 13 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante

	30/09/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
Unidade Gestora 158131 – Instituto Federal de Educação (Reitoria)	802.984,45	192.663,86	316,75	42,99
Unidade Gestora 158336 – Campus Palmas	281.224,48	381.815,77	-26,35	15,06
Unidade Gestora 158337 – Campus Araguatins	329.329,21	197.279,00	66,94	17,63
Unidade Gestora 158489 – Campus Paraíso do Tocantins	46.988,53	68.617,19	-31,52	2,52
Unidade Gestora 158511 – Campus Araguaína	68.428,36	105.289,89	-35,01	3,66
Unidade Gestora 158556 – Campus Gurupi	123.506,35	72.875,05	69,48	6,61
Unidade Gestora 158557 – Campus Porto Nacional	32.797,65	68.426,90	-52,07	1,76
Unidade Gestora 158628 – Campus Dianópolis	119.674,10	32.419,01	269,15	6,41
Unidade Gestora 158633 – Campus Colinas do Tocantins	62.715,37	102.519,20	-38,83	3,36
Total	1.867.648,50	1.221.905,87	113,46	100,00

Fonte: SIAFI 2021

Na comparação entre períodos nota-se a expressiva variação dos fornecedores a pagar por campus, onde as maiores ocorreram na Reitoria (316,75%), Campus Dianópolis (269,15%), e Campus Araguaína (69,48%).

Da participação sobre o total, Reitoria (42,99%), Campus Palmas (15,06%), e Campus Araguatins (17,63%), são responsáveis por 75,69% do total a ser pago.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 03 (três) fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 30/09/2021.

Tabela 14 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

	30/09/2021	AV (%)
Fornecedor A – Fenix Assessoria & Gestão Empresarial LTDA	570.001,52	32,59
Fornecedor B – Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins - FAPTO	543.916,68	12,50
Fornecedor C – RG Segurança e Vigilância Ltda	143.154,59	7,35
Demais	1.240.444,47	47,56
Total	1.867.648,50	100,00

Fonte: SIAFI 2021

Em relação aos fornecedores A, B e C eles representam 66,83% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- Fornecedor A: Possui 2 (dois) contratos com o IFTO, (1) prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, e (2) prestação de serviços de apoio administrativo, ambos contratos com emprego de mão de obra terceirizada;
- Fornecedor B: Projetos voltados ao ensino;
- Fornecedor C: Prestação de serviços continuados de vigilância ostensiva.

4.6 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do IFTO representa 70,51% do total da soma do passivo e do patrimônio líquido da instituição e está composto da seguinte forma, conforme dispõe a tabela 15.

Tabela 15 – Resultado do Exercício

Resultados	30/09/2021	31/12/2020	AH (%)
(-) Resultado do exercício	-7.161.832,21	-5.264.263,49	36,05
(+) Resultado de exercícios anteriores	177.496.950,77	182.957.297,46	-2,98
(-) Ajustes de exercícios anteriores	36.200,52	-196.083,20	-118,46
(=) Resultados Acumulados	170.371.319,08	177.496.950,77	-4,01

Fonte: SIAFI, 2021

Em 30/09/2021, o “Patrimônio Líquido” do IFTO apresentou uma redução de 4,01%, quando comparado com o saldo apresentado em 31/12/2020.

5. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP

Prevista no Art. 104 da Lei 4.320/64, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício (STN, 2019).

5.1 Resultado Patrimonial

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Tabela 16 – Resultado Patrimonial do Período

	30/09/2021	30/09/2020	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	207.882.514,20	200.648.320,95	3,61
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	215.044.346,41	208.997.305,85	2,89
Resultado Patrimonial do Período (I - II)	-7.161.832,21	-8.348.984,90	-14,21

Fonte: SIAFI, 2021

O IFTO apresentou em 30/09/2021 um resultado patrimonial negativo de R\$ 7.161.832,21.

Em seguida apresenta-se a Demonstração das Variações Patrimoniais, segregadas em VPAs e VPDs.

5.2 Variações Patrimoniais Aumentativas

Na tabela 17, demonstra-se a composição das Variações Patrimoniais Aumentativas.

Tabela 17 - Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas

	30/09/2021	30/09/2020	AH (%)	AV (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	207.882.514,20	200.648.320,95	3,61	100,00
Exploração e Venda de Bens, serviços e Direitos	174.554,51	98.248,23	77,67	0,08
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	661,41	487,01	35,81	0,00

Transferências e Delegações Recebidas	206.775.913,47	200.150.928,35	3,31	99,47
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	899.528,22	353.172,23	154,70	0,43
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	31.856,59	45.485,13	-29,96	0,02

Fonte: SIAFI, 2021

Dentre as VPAs com movimentação mais significativa, destaca-se as “Transferências e Delegações Recebidas”, que equivale a 99,47% do total de VPAs. O valor é consequência de Repasses Recebidos, fruto da execução orçamentária e extraorçamentária (Restos a Pagar).

A tabela 18 apresenta a variação patrimonial aumentativa mais significativa ocorrida na comparação do terceiro trimestre de 2021 com o terceiro trimestre de 2020 (AH = 154,70%).

Tabela 18 – Valorização e Ganhos Ativos e Desincorporação de Passivos

Variações Patrimoniais Aumentativas	30/09/2021	30/09/2020	AH (%)	AV (%) 30/09/2021
Valorização e Ganhos Ativos e Desincorporação de Passivos	899.528,22	353.172,23	154,70	100,00
Ganhos com Alienação	24.106,27	0,00	-----	2,68
Ganhos com Incorporação de Ativos	685.301,66	0,00	-----	76,18
Ganhos com Desincorporação de Passivos	190.120,29	353.172,23	-46,17	21,14
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00	-----	0,00

Fonte: SIAFI, 2021

Dentro da Variação Patrimonial Aumentativa “Valorização e Ganhos Ativos e Desincorporação de Passivos”, a maior relevância está em Ganhos com Incorporação de Ativos, que corresponde a 76,18% do total. Esse resultado é devido à incorporação de bens móveis semoventes (197 animais bovinos) no Campus Araguatins e doações recebidas.

Os Ganhos com Desincorporação de Passivos são provenientes de transferência de precatórios, devolução de recursos financeiros e baixa/cancelamento de valores inscritos em restos a pagar processados.

5.3 Variações Patrimoniais Diminutivas

As VPD's tiveram um decréscimo monetário no segundo trimestre de 2021 em comparação com o segundo trimestre de 2020 de 0,88%. Basicamente as variações patrimoniais diminutivas, incorreram acerca de despesas com pessoal (despesa obrigatória) e serviços para a manutenção e funcionamento do IFTO (despesa discricionária).

Tabela 19 - Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas

	30/09/2021	30/09/2020	AH (%)	AV (%) 30/06/2021
Variações Patrimoniais Diminutivas	215.044.346,41	208.997.305,85	2,89	100,00
Pessoal e Encargos	153.405.956,97	145.667.710,36	5,31	71,34
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	5.579.109,62	5.246.345,46	6,34	2,59
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	23.552.133,96	21.325.648,23	10,44	10,95
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	905,30	28,62	3063,17	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	4.845.093,78	9.755.385,53	-50,34	2,25
Tributárias	21.754,09	8.938,77	143,37	0,01
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	6.128.307,32	4.065.414,52	50,74	2,85
Transferências e Delegações Concedidas	21.511.085,37	22.927.834,36	-6,18	10,00

Fonte: SIAFI, 2021

O grupo com maior participação nas VPDs é a conta “Pessoal e encargos”(71,34%), com aumento de 5,31% em relação ao mesmo período do ano passado. A tabela 20 apresenta o detalhamento deste grupo.

Tabela 20 - Pessoal e Encargos

Variações Patrimoniais Diminutivas	30/09/2021	30/09/2020	AH (%)	AV (%) 30/09/2021
Pessoal e Encargos	153.405.956,97	145.667.710,36	5,31	100
Remuneração a Pessoal	122.616.025,33	116.519.159,10	5,23	79,93
Encargos Patronais	24.216.917,56	22.206.597,21	9,05	15,79
Benefícios a Pessoal	6.473.229,83	6.675.764,29	-3,03	4,22
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	99.784,25	266.189,76	-62,51	0,07

Fonte: SIAFI, 2021

De maneira geral, a despesa com pessoal em encargos cresceu 5,31% na comparação com o mesmo período do ano passado.

A seguir, ainda dentro das VPDs, demonstra-se a conta “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo”, é neste grupo que está a aplicação dos créditos orçamentários das despesas discricionários no órgão.

Tabela 21 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Variações Patrimoniais Diminutivas	30/09/2021	30/09/2020	AH (%)	AV (%) 31/09/2021
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	23.552.133,96	21.325.648,23	10,44	100,00
Uso de Material de Consumo	2.336.093,24	1.414.000,04	65,21	9,92
Serviços	20.626.796,82	17.007.551,09	21,88	87,58
Depreciação, Amortização e Exaustão	589.243,90	2.904.097,10	-79,71	2,50

Fonte: SIAFI, 2021

A VDP de Depreciação e Amortização apresentou uma redução de 79,71% em relação ao mesmo período de 2020. Cabe informar que nem todas as unidades do IFTO efetuam a depreciação, e devido a acertos e ajustes que precisam ser realizados nas contas dos bens patrimoniais, o Campus Palmas que mantinha esse registro deixou de realizar ao final de 2020. Todo o IFTO está ajustando o seu patrimônio para a implantação e operacionalização do sistema SIADS.

Com relação ao Uso de Material de Consumo e Serviços, os aumentos são reflexo da adaptação ao período pandêmico, onde o IFTO pode definir suas estratégias e ações para a oferta da educação, como consequência, a despesa nesses grupos de contas sofreram um acréscimo de 65,21% e 21,88% respectivamente na comparação com o mesmo período do ano passado.

6. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário, previsto no Art. 102 da Lei 4.320/64, demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação.

Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, liquidadas e pagas e o saldo da dotação (MCASP 8ª Edição, 2019).

6.1 Receitas

A tabela 22 demonstra a previsão da receita e sua realização dividida por categoria econômica.

Tabela 22 – Receitas por Categoria Econômica

Categoria Econômica	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receita Realizada (c)	Saldo d=(c-b)
Receitas Correntes	134.877,00	134.877,00	175.211,76	40.334,76
Receitas de Capital	134.805.955,00	134.805.955,00	677.970,61	-134.127.984,39
Total das Receitas	134.940.832,00	134.940.832,00	853.128,27	-134.087.649,63

Fonte: SIAFI, 2021

Em análise a Tabela 22, o primeiro esclarecimento a ser feito diz respeito à previsão de Receitas de Capital lançado no Balanço Orçamentário do IFTO. Trata-se de operação de crédito no mercado interno, por meio de títulos do Tesouro Nacional, todavia, não está sob o gerenciamento do IFTO, e sim do próprio Tesouro. A receita realizada como Receita de Capital se deu em virtude de leilão de bens semoventes no *campus* de Araguatins

Já para as Receitas Correntes, houve uma arrecadação de R\$ 175.211,76.

A tabela a seguir faz o detalhamento das Receitas Correntes arrecadadas e compara ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 23 – Receitas Correntes Realizadas

Receitas Correntes	30/09/2021	30/09/2020	Varição R\$	% Variação
Receita Patrimonial	13.738,25	8.489,53	5.248,72	61,83
Receita Agropecuária	63.688,94	59.105,69	4.583,25	7,75
Receita Industrial	2.216,57	3.879,67	-1.663,10	-42,87
Receitas de Serviços	95.567,00	27.276,03	68.290,07	250,37
Outras Receitas Correntes	1,00	26.257,07	-26.256,07	-100
Total	175.211,76	125.007,99	50.203,77	40,16

Fonte: SIAFI, 2021,2020

Na comparação com o mesmo período do ano passado, nota-se no geral, que há uma melhora na arrecadação, todavia, ainda sob influência da suspensão das atividades presenciais no IFTO em decorrência da pandemia do novo coronavírus que derrubou as receitas, e que por este motivo, ainda estão muito aquém da série histórica de arrecadação.

As Receitas de Serviços puxaram a arrecadação, a variação foi de 250,37%, ou R\$ 68.290,07 a mais do que no mesmo período do ano passado.

6.2 Despesas

O Orçamento aprovado pela Lei 14.144 – Lei Orçamentária anual do ano de 2021, publicada no Diário Oficial da União no dia 23/04/2021, fixou inicialmente para o IFTO uma Despesa de R\$ 255.584.929,00, conforme é evidenciado no detalhamento abaixo.

Tabela 24 – Dotação Orçamentária

Categoria Econômica	Grupo da Despesa	Dotação Inicial (a)	Dotação Suplementar (b)	Dotação Cancelada e Remanejada (c)	Dotação Atualizada d = (a+b) - c
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	207.706.686,00	85.158.938,00	84.129.643,00	208.735.981,00
	Outras Despesas Correntes	46.797.737,00	20.505.629,00	20.502.176,00	46.801.190,00
Despesas de Capital	Investimentos	1.080.506,00	0,00	0,00	1.080.506,00
Total		255.584.929,00	104.664.567,00	104.631.819,00	256.617.677,00

Fonte: SIAFI, 2021

A tabela a seguir demonstra execução da despesa orçamentária até o terceiro trimestre de 2021.

Tabela 25 – Execução da Despesa Orçamentária

Despesas orçamentárias	Dotação atualizada (a)	Despesa empenhada (b)	% Empenho =b/a	Despesa liquidada (c)	% Liquidação = c/b	Despesa paga (d)	% Pagamento =d/c
Despesas Correntes	255.537.171,00	213.467.760,06	83,54	167.789.755,26	78,60	155.050.292,21	92,41
Pessoal e Encargos Sociais	208.735.981,00	177.704.785,00	85,13	144.562.654,94	81,35	134.742.865,40	93,21
Outras Despesas Correntes	46.801.190,00	35.762.975,06	76,41	23.227.100,32	64,95	20.307.426,81	87,53
Despesas de Capital	1.080.506,00	1.116.883,84	103,37	166.930,81	14,95	85.441,40	51,18
Investimentos	1.080.506,00	1.116.883,84	103,37	166.930,81	14,95	85.441,40	51,18
Total das Despesas	255.617.677,00	214.584.643,90	83,95	167.956.686,07	78,27	155.135.733,61	92,37

Fonte: SIAFI, 2021

Conforme demonstrado na tabela acima, o total de despesas empenhadas foi de 83,95% da dotação atualizada; as despesas liquidadas representaram 78,27% do total empenhado, e as despesas pagas representaram 92,37% do liquidado.

Analisando o quadro percebe-se que, Investimentos, o total empenhado está superior a Dotação Atualizada. Surge uma falsa impressão que se empenhou mais do que deveria, ou estaria autorizado. Esse fato ocorre devido ao recebimento de Termos de Execução Descentralizada – TED, que são orçamentos de outros órgãos, descentralizados mediante Destaque, nesse sentido, esses TEDs não atualizam a dotação do IFTO, mas a sua execução computa a despesa. A Dotação Inicial é reflexo da Lei Orçamentária Anual (LOA), e são as alterações (créditos adicionais) que produzem a atualização na dotação.

6.3 Execução Orçamentária do Restos a Pagar

A seguir demonstra-se a execução de Restos a Pagar Não Processados e Processados no primeiro trimestre de 2021.

Tabela 26 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Órgão	Inscritos (a)	Liquidados (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a-c-d)	% Execução e = (c/a)
IFTO	25.166.326,20	18.790.718,30	18.011.412,59	253.029,16	6.901.884,45	71,57

Fonte: SIAFI 2021

Dos valores inscritos em Restos a Pagar não Processados, demonstrados no quadro acima, 71,57% foram pagos, e 28,43% ficaram de saldo ou pendentes de pagamento.

Tabela 27 – Execução de Restos a Pagar Não Processados por Grupo de Despesas

Grupo de Despesa	Inscritos (a)	Liquidados (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a-c-d)	% Execução e = (c/a)
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Outras Despesas Correntes	20.677.093,26	15.385.185,04	14.636.317,07	216.164,24	5.824.611,95	70,79
Investimentos	4.489.232,94	3.405.533,26	3.375.095,52	36.864,92	1.077.272,50	75,18
TOTAL	25.166.326,20	18.790.718,30	18.011.412,59	253.029,16	6.901.884,45	71,57

Fonte: Siafi2021

Das inscrições realizadas em RPNP 82,16% pertence ao grupo Outras Despesas Correntes e 17,84% é de Investimentos, e até 30/09/2021 foram executados respectivamente 70,79% e 75,%.

Tabela 28 – Execução dos Restos a Pagar Processados

Inscritos (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo (a-b-c)	% Execução d = (b/a)
18.116.648,67	17.915.775,39	28.414,73	172.458,55	98,89

Fonte: Siafi 2021

Para os Restos a Pagar Processados, há uma relevância no montante inscrito e pago. Isso acontece principalmente em razão da folha de pagamento do mês de dezembro do ano anterior, que é lançada no próprio mês (dezembro), mas paga no mês de janeiro, com isso, os empenhos da folha ficam inscritos em Restos a Pagar Processados. O quadro seguinte demonstra a informação por Grupo de Despesa, que evidencia melhor o fato.

Tabela 29 – Execução de Restos a Pagar Processados por Grupo de Despesas

Grupo de Despesa	Inscritos (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo (a-b-c)	% Execução d= (b/a)
Pessoal e Encargos Sociais	15.181.981,30	15.181.981,10	0,20	0,00	100
Outras Despesas Correntes	2.676.674,25	2.521.567,36	28.414,43	126.692,36	94,21
Investimentos	257.993,12	212.226,93		45.766,19	82,26
TOTAL	18.116.648,67	17.915.775,39	28.414,73	172.458,55	98,89

Fonte: Siafi 2021

Pagamentos de Pessoal e Encargos Sociais representa 83,80% do total de inscrições em Restos a Pagar Processados, pagamentos de Outras Despesas Correntes corresponde a 14,77% e

também carregam despesas da folha, que são benefícios pagos a servidores, o Grupo de Investimentos representa 1,42%.

7. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO

De acordo com o Artigo 103 da Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Os Restos a Pagar do Exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária, pois “pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas” (Art. 35, II, Lei nº 4.320/1964). A seguir, apresentam-se os ingressos e os dispêndios financeiros ocorridos.

7.1 Ingressos Financeiros

Apresenta-se a seguir a composição dos ingressos financeiros.

Tabela 30 - Composição dos Ingressos

INGRESSOS	30/09/2021	30/09/2020	AH (%)	AV 30/09/2021 (%)
Receitas Orçamentárias	853.128,37	125.007,99	582,46	0,30
Transferências Financeiras Recebidas	205.770.835,16	197.827.894,41	4,02	71,61
Recebimentos Extraorçamentários	60.267.571,57	79.815.648,04	-24,49	20,97
Saldo do Exercício Anterior	20.457.130,49	21.683.172,14	-5,65	7,12
TOTAL	287.348.719,59	299.451.722,58	-4,04	100,00

Fonte: Siafi 2021

No período até 30/09/2021, as Transferências Financeiras Recebidas constituiu a principal forma de ingressos respondendo por 71,61% do total. Neste grupo estão os repasses recebidos, que são resultantes da execução orçamentária e as transferências recebidas para pagamentos de Restos Pagar.

Os Recebimentos Extraorçamentários representaram 20,97% do total, e é composto na sua grande maioria pela inscrição de Restos a Pagar. O Art. 103, da Lei 4.320/64 dispõe que, “os restos a pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária”, pois “pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas”, nos termos do (Art. 35, II, Leinº 4.320/1964).

O Saldo do Exercício Anterior é a disponibilidade em caixa, representa 7,12% do total dos ingressos.

As Receitas Orçamentárias constituem as receitas diretamente arrecadas pelo órgão fruto de esforço institucional.

7.2 Dispêndios

Os dispêndios financeiros são constituídos, essencialmente, pelas despesas orçamentárias. Apresenta-se a seguir a composição.

Tabela 31 – Composição dos Dispêndios

DISPÊNDIOS	30/09/2021	30/09/2020	AH (%)	AV 30/09/2021 (%)
Despesas Orçamentárias	214.584.643,90	231.626.864,90	-7,36	74,68
Transferências Financeiras Concedidas	20.560.432,20	20.559.312,37	0,01	7,16
Pagamentos Extraorçamentários	36.635.038,71	33.212.563,51	10,30	12,75
Saldo para o Exercício Seguinte	15.568.604,78	14.052.981,80	10,79	5,42
TOTAL	287.348.719,59	299.451.722,58	-4,04	100,00

Fonte: Siafi 2021

Para os dispêndios, a maior relevância está nas Despesas Orçamentárias que respondem por 74,68% do total. Tais valores incluem os desembolsos financeiros para quitar despesas de pessoal, despesas de custeio e investimentos. Dividem-se em ordinárias, que correspondem às despesas de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, utilizadas para atender quaisquer finalidades, e vinculadas, que são as despesas orçamentárias cuja aplicação é definida na Lei Orçamentária Anual, de acordo com sua origem.

7.3 Resultado Financeiro

O IFTO apurou como resultado financeiro no terceiro trimestre de 2021 um deficit de R\$ 1.979.373,73 provenientes das fontes tesouro. Isso demonstra a necessidade de recebimento de mais recursos para fazer frente aos seus compromissos. A apuração do Resultado Financeiro é extraída por meio dos saldos de Caixa e Equivalente de Caixa, conforme demonstrado na tabela 33.

Tabela 32 – Resultado Financeiro

DISPÊNDIOS	30/09/2021	30/09/2020
(+) Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa	15.568.604,78	14.052.981,80
INGRESSOS	30/09/2020	30/09/2020
(-) Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa	20.457.130,49	21.683.172,14
= Resultado Financeiro	-4.888.525,71	-7.630.190,34

Fonte: Siafi 2021

8. NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Segundo o MCASP (2019), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos de caixa operacional, de investimento e de financiamento, identificando: (a) as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa; (b) os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; (c) o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC é correspondente ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro.

Tabela 33 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa/Resultado Financeiros

Resultado Financeiro BF x DFC	30/09/2021	30/09/2020	AH (%)
(+) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL (Exercício Seguinte)	15.658.604,78	14.052.981,80	11,43
(-) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL (Exercício Anterior)	20.457.130,49	21.683.172,14	-5,65
(=) GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-4.888.525,71	-7.630.190,34	-35,93

Fonte: Siafi 2020

Conforme evidenciado na tabela acima, no terceiro trimestre de 2021 foi registrado um deficit na geração líquida de caixa de R\$ 4.888.525,71.

A seguir demonstra-se os fluxos para melhor entendimento do resultado deficitário.

Tabela 34 – Fluxos

	30/09/2021	30/09/2020	AH (30/09/2021)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-1.893.732,47	377.188,45	
INGRESSOS	206.688.259,17	198.436.361,36	4,16
Receita Patrimonial	13.082,00	7.986,84	63,79
Receita Agropecuária	63.688,94	59.105,69	7,75
Receita Industrial	2.216,57	3.879,67	-42,87
Receita de Serviços	95.567,00	27.276,03	250,37
Remuneração das Disponibilidades	656,25	502,69	30,55
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1,00	26.257,07	-100
Outros Ingressos Operacionais	206.513.047,41	198.311.353,37	4,14
Ingressos Extraorçamentários	710.356,66	452.738,90	56,90
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		11.492,00	-100
Transferências Financeiras Recebidas	205.770.835,16	197.827.894,41	4,02
Arrecadação de Outra Unidade	31.855,59	19.228,06	65,67
DESEMBOLSOS	-208.581.991,64	-198.059.172,91	5,31
Pessoal e Demais Despesas	-163.557.399,33	-155.171.948,78	5,40
Administração	-5.600,00		

Assistência Social	-2.400,00	-80.223,98	-97,01
Previdência Social	-3.395.936,27	-2.929.310,52	15,93
Educação	-159.083.189,54	-151.388.602,91	5,08
Comércio e Serviços	-1.060.000,00	-826.363,47	28,72
Desporto e Lazer	-86.722,55	-	-
+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	76.449,03	52.552,10	45,72
Transferências Concedidas	-23.756.309,38	-21.876.320,68	8,59
Intragovernamentais	-23.744.608,58	-21.826.728,68	8,79
Outras Transferências Concedidas	-11.700,80	-49.592,00	-76,41
Outros Desembolsos Operacionais	-21.268.282,93	-21.010.903,45	1,22
Dispêndios Extraorçamentários	-707.850,73	-451.314,90	56,84
Transferências Financeiras Concedidas	-20.560.432,20	-20.559.312,37	0,01
Demais Pagamentos	-	-276,18	-100,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-2.994.793,24	-8.007.378,79	-62,60
INGRESSOS	677.970,61	-	-
Alienação de Bens	677.970,61	-	-
DESEMBOLSOS	-3.672.763,85	-8.007.378,79	-54,13
Aquisição de Ativo Não Circulante	-3.597.763,85	-7.856.289,52	-54,21
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-75.000,00	-151.089,27	-50,36

Fonte: Siafi 2021

Dentro dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais, os ingressos no período tiveram um acréscimo de 4,16% em relação ao mesmo período de 2020, totalizando R\$ 206.688.259,17.

O item de maior contribuição são as Transferências Financeiras Recebidas, com R\$ 205.770.835,16, correspondendo a 99,56% do total dos ingressos.

Os desembolsos dentro dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais totalizaram R\$ 208.581.991,64. As despesas com Pessoal tem maior peso dentro desse grupo contribuindo com 78,41% do seu total.

Na equação Ingressos menos Desembolsos, o resultado dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais foi de R\$ 1.893.732,47 deficitário.

Para os Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento, houve arrecadação por alienação de bens. As atividades de Investimentos estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão.

Os desembolsos neste grupo correspondem as despesas de capital e estão relacionadas as execuções de obras e aquisição de bens permanentes. Portando, considerando os ingressos menos os desembolsos o valor dos Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento foi de R\$ 2.994.793,24 deficitário.

Do somatório dos fluxos obtemos a Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (-4.888.525,71), e corresponde ao Resultado Financeiro apurado no Balanço Financeiro (Tabela 32).

9. NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DESPESAS RELACIONADAS AO ENFRENTAMENTO À CALAMIDADE PÚBLICA DECORRENTE DA COVID-19

A próxima tabela visa demonstrar a execução dos créditos orçamentários recebidos pelo IFTO para promover ações de enfrentamento à calamidade pública decorrente da Covid-19, a execução abrange o período de janeiro a setembro de 2021 e dizem respeito à restos a pagar.

Tabela 35 – Execução dos Créditos para Enfrentamento da Covid – 19

Plano Orçamentário		Ação Governo		Grupo Despesa	Restos a Pagar Inscritos	Restos a Pagar Pagos	Saldo de RP em 30/09/2021
CV21	MEDIDA PROVISORIA N. 942, DE 2/4/20, PARA ACOES NO AMBITO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL, CIENTIFICA E TECNOLÓGICA	21C0	ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DE SAUDE PUBLICA DE IMPORTANCIA	Investimentos	9.178,16	9.178,16	0,00
				Outras Despesas Correntes	805.224,87	794.154,45	11.070,42
					814.403,03	803.332,61	11.070,42

Fonte: Tesouro Gerencial

Os créditos orçamentários recebidos pelo IFTO para promover ações de enfrentamento à calamidade pública decorrente da Covid-19 foram provenientes de Termos de Execução Descentralizada – TEDs do ano de 2020, cujo Órgão Descentralizador foi a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC. São os TEDs:

- 9208 – Produção de 4.000 litros de álcool gel;
- 9292 – Desenvolvimento de ações de enfrentamento ao Covid – 19;
- 9449 – Edital 1/2020/CONIF – Projeto imunossensor para diagnóstico;
- 10218 – Produção de álcool gel.

A tabela 36 demonstra a execução desses créditos orçamentários por Grupo de Despesa. Do valor inscrito em RP (814.403,03), foram pagos R\$ 803.332,61,16, que corresponde a 98,64% desse total.

As principais ações promovidas pelo IFTO, que impactaram no uso dos créditos orçamentários foram as seguintes:

- a) Aquisição de equipamentos e insumos para produção de álcool em gel;
- b) Financiamento de projetos de ensino, pesquisa e extensão;
- c) Produção de sabão líquido;
- d) Produção de máscaras de tecido;

- e) Aquisição de impressoras 3D;
- f) Produção de máscaras face shield;

10. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Apresenta-se a seguir outras informações relevantes, pois existe o risco de afetar o patrimônio.

- Há ausência de registro de reconhecimento em sua íntegra, de ativos e passivos contingentes em contas de controle pela ausência de normatização de fluxos internos da instituição.
- Há ausência de registro de reconhecimento das provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas, Cíveis em contas de controle pela ausência de normatização de fluxos internos da instituição.
- Necessidade de reclassificação de diversos itens de bens móveis permanentes entre as contas patrimoniais para evidenciar com fidedignidade o Imobilizado.